



Anais da Assembleia

Nº 111

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE OUTUBRO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 1978

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Ivan Rüppel e Waldenício Barbalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (33); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, David Federmann, Del Ciel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Luiz Alberto Oliveira, Manoel Gaona, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Trajano Bastos e Valter Pietrângelo (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

Sob o n.º 105, do Senhor Governador do Estado, encaminhando Proposta de Orçamento Anual para o exercício de 1979. — À Comissão de Constituição e Justiça.

Telex:

Nos seguintes termos:

DIRETOR EXECUTIVO CFP. ATENDENDO REIVINDICAÇÕES SEGMENTOS DEMANDAM MILHO COMO INSUMO SUAS ATIVIDADES, AUTORIZOU SEGUINTE LIBERAÇÕES PARA ESTADO PARANA:

AVICULTURA: 4.041,7 TONELADAS

SUINOCULTURA: 4.833,3 TONELADAS

COOPERATIVAS: 14.500,0 TONELADAS

INDÚSTRIAS RAÇÃO: 4.291,7 TONELADAS.

COM INTUITO FACILITAR RETIRADA E REDUZIR CUSTOS ATE CONSUMIDOR FINAL, ESTOQUES FORAM LIBERADOS PROPORCIONALMENTE AO CONSUMO CADA REGIÃO ESTADO.

PREÇOS PRESENTE LIBERAÇÃO SE SITUAM ENTRE Cr\$ 105,00 ET Cr\$ 115,00 POR 60 kg A GRANEL, DEPENDENDO SUA LOCALIZAÇÃO EM FUNÇÃO CAPITAL ESTADO.

SDS. EUGÊNIO STEFANELLO — AGENTE AGEPAR. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 162/78, que dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplicadas a servidores públicos, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1978.

(a) Accioly Neto

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Srs. Diretores da Televisão Iguaçu, Canal 4; Rádio e Televisão Paraná S/A., Canal 6; Televisão Paranaense, Canal 12, sediadas em Curitiba; TV Esplanada, Canal 7, de Ponta Grossa; Televisão Tibagi, Canal 11, de Apucarana; Televisão Cultura de Maringá Ltda., de Maringá; Rádio e Televisão Coroados S/A., de Londrina; bem como aos Ex.ºs Srs. Juízes de Menores das Comarcas em que tais emissoras estão sediadas, solicitando-lhes um esforço comum, no sentido de evitar-se que a propaganda e "trailers" de filmes e espetáculos que apresentem cenas de terror, sexo ou violência, sejam divulgadas durante a exibição de programas infantis, ou do horário permitido para menores, dada a perniciosidade de ordem psicológica e moral que podem causar na sua educação e formação.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino

JUSTIFICATIVA:

A maneira pela qual enfocamos o problema da exibição de propaganda ou "trailers" que envolvam cenas de terror, sexo ou violência, durante os horários permitidos para menores, não é um incentivo de censura à arte, mas, de proteção à formação psicológica e moral de nossas crianças.

Pessoalmente, temos verificado, durante a programação infantil, compreendida entre 13,00 e 18,00 horas, cenas degradantes mostradas aos telespectadores, com a finalidade de chamar a atenção para filmes ou programas que serão exibidos futuramente.

Ocorre que, ainda que algumas vezes as cenas mostradas possam constituir parte de filmes considerados verdadeiras obras de arte, a exibição, naquele horário, torna-se verdadeiramente imprópria para os fins a que se propõem.

Se o programa ou filmes dos quais são extraídas partes para serem mostradas como "trailers" devem ser exibidos em horário pré-determinado (geralmente após às 22,00 horas), porque não apresentá-las, igualmente, dentro do mesmo horário para o qual estariam liberadas?

Para chegar-se à conclusão de que tais cenas são inteiramente perniciosas aos menores, não será necessário consultar-se qualquer psicólogo, mas, para isso, basta ser pai ou mãe!

Voltamos a afirmar que dirigimos este apelo, para que os Diretores das conceituadas emissoras a quem nos dirigimos, e aos ilustrados magistrados que respondem pelo Juizado de Menores, dialogando, possam chegar a um denominador comum, que venha beneficiar as crianças de nosso Estado, cujas famílias prestigiam suas programações, e às quais devemos tratar com a maior respeitabilidade, porque a elas será confiado o nosso próprio futuro, quando estiverem em condições de dirigir o des-

tino de nosso país, na qualidade de brasileiros educados, cultos e de formação moral ilibada e não amedontrada por cenas que não deveriam presenciar em sua infância.

Pedimos, enfim, respeito aos nossos filhos, para que estes não sejam prejudicados na formação ideal, para que também possam respeitar o próximo!...

Não se pode entender que num país onde a censura à imprensa é um fato incontestável para os temas políticos, sejam liberalizadas propagandas de cenas violentas, imorais, deseducadas e grosseiras nos vídeos, mormente durante a audiência infantil.

É preciso equilíbrio e bom senso na interpretação adequada e no comedimento do juízo sobre o espírito deste apelo, pois visa tão somente buscar solidariedade e contribuição recíproca no encontro de fórmulas para o aperfeiçoamento da educação cívica, moral e cultural de nossa gente.

Não nos cabe indagar aqui sobre os aspectos subjetivos da ação governamental, nem tão pouco da repressão de caráter político em que vivemos, porém, a cada homem público se atribui uma parcela dos efeitos que a administração cria na sociedade.

Preocupa-nos a postura do homem de amanhã, o qual, sem disciplina e formação compatíveis, jamais poderá exercer os seus impulsos com as limitações que a educação lhe fornece para viver em harmonia social. Daí nosso apelo aos homens dessas emissoras para que, distantes dos incompatíveis critérios da censura que vigora no país — como a "Lei Falcão" — tomem posições (estas sim) cívicas e patrióticas na formação do menor.

Assim, por se tratar de assunto que envolve a preservação daquilo que temos de mais precioso em nosso país, ou seja, nossas crianças, pedimos a aprovação do presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As coisas vão acontecendo neste Estado do Paraná, de uma forma galopante, mas extremamente desfavorável ao homem que produz, ao homem do interior.

Disse freqüentemente que o País não suporta mais as garras da indústria financeira que tudo faz para com juros extorsivos, numa verdadeira conceituação da usura medieval, sugar o quanto possível os resultados da produção, tanto do setor primário como do setor secundário.

Agora, por exemplo, Sr. Presidente, os produtores de leite da região do Norte do Paraná, depois da euforia existente com a inauguração de uma das mais modernas indústrias de leite e derivados da América do Sul; depois que esta organização econômica conseguiu se implantar no Norte do Estado; estabelecer entrepostos de coleta de matéria prima nas principais cidades produtoras daquela região do Estado do Paraná; depois de criar uma dependência dos produtores em relação àquela indústria; depois de se estabelecer o verdadeiro monopólio na comercialização do produto, numa época, Sr. Presidente, em que a carne bovina sofre uma alta acelerada; depois de tudo isto, os produtores de leite recebem da Kamby S/A. — Indústria de Produtos Alimentícios, a seguinte carta circular: (Lê): "Circular DT78/605 — Londrina, 28 de setembro de 1978.

Senhores Produtores.

Através de estudos realizados em Brasília; Distrito Federal, o setor de laticínios, representando 95% das indústrias, houve por bem, após reunião com vários Ministérios, tomar medidas importantes para vitalizar o setor de leite no país. Assim sendo, o Conselho de Administração, após tomar conhecimento da situação nacional, resolve adotar as seguintes medidas: 1) a partir de 1.º de outubro de 1978, os produ-

tores passarão a receber sua produção em Notas Promissórias Rurais;

2) o prazo será de 60 dias a partir do dia 15 de cada mês subsequente ao mês de fornecimento;

3) fica a critério dos senhores produtores o desconto por sua conta das Notas Promissórias Rurais, nas agências bancárias de seu interesse, ou recebimento junto ao nosso caixa na data do vencimento;

4) esta medida plenamente viável, visa dar a normalidade às indústrias de um modo geral, que não admitem os juros elevados, hoje ofertados no mercado bancário. Lembramos que esta prática já existe entre os frigoríficos, cooperativas de soja, trigo etc. e agora o setor de laticínios acaba de adotar as mesmas atitudes, face ao elevado estoque existente no momento;

5) lembramos ainda que esta comunicação aos senhores produtores é de caráter geral e irrevogável e que somos obrigados a somente receber leite nas condições de pagamento acima mencionadas.

Certos de que contaremos com a costumeira atenção e compreensão dos senhores produtores, somos Atenciosamente, Conselho de Administração."

Senhor Presidente, esta circular que vai aos produtores de leite do Norte do Paraná, é uma verdadeira violência, é uma arbitrariedade, é um acinte, é bem o espelho da situação em que mergulhamos todos nós.

Sai a público o Senhor Ministro da Fazenda nacional a dizer que os hortigranjeiros, especialmente no famoso caso do chuchu, são os responsáveis pela onda inflacionista. E hoje o produtor de leite, depois de ser levado a uma dependência total de uma indústria transformadora da sua matéria prima, hoje, é ele colocado diante desse fato novo e definitivo, e ela reconhece, entre outras coisas, uma situação gravíssima em que vivemos. Efetivamente este Governo Central que sabe punir aqueles que denunciam a corrupção, convive de braços dados com a mais violenta e vergonhosa corrupção que possa existir em toda a América do Sul.

É a indústria financeira a cobrar juros escorchantes e a fazer com que se confirme ainda mais aquele provérbio popular: a corda arrebenta sempre do lado mais fraco. E são os produtores de leite que vão pagar esses juros caríssimos da indústria financeira e serão os consumidores de instância final que irão arcar com essas conseqüências, porque ontem ainda, Senhor Presidente, conversando com pecuarista, ele nos dizia que a esses preços convidativos do aumento acelerado da arroba da carne bovina, — é melhor vender do que sujeitar-se a essa escravidão financeira em que essas indústrias querem mergulhar os produtores.

Coisas horrorosas, notas promissórias rurais com prazo de 60 dias, vencendo 15 dias a partir do mês seguinte, constituindo na prática, no menor prazo, 75 dias e no maior prazo, 105 dias. E o próprio produtor, Senhor Presidente, deve procurar um Banco do seu interesse para descontar essas notas promissórias rurais sob sua responsabilidade, sob o seu cadastro, em cima do seu limite de crédito, deixando a indústria totalmente fora da obrigação que ela tem de manter o seu capital de giro e os seus meios de pagamento. E quem não quiser, simplesmente, esta decisão é em caráter irrevogável. Não fornecerá mais o leite para a indústria que lhe causou total dependência. É a falência total do setor primário do Paraná, mas por culpa, principalmente, Senhor Presidente, da situação em que todos nós vivemos, numa transmissão de responsabilidade, o Ministro da Fazenda transferindo a responsabilidade para o setor primário.

A agro-indústria, transferindo a responsabilidade para a indústria financeira e os consumidores não tendo a quem apelar, terão que arcar com a responsabilidade da situação que aí está.

Assim, Senhor Presidente, não é possível continuar. Eles

querem efetivamente acabar com o Paraná, esvaziar a sua economia e tirar qualquer estímulo de produção. — (Sem revisão do orador).

O SR. JURANDIR MESSIAS (Jurandir Messias). — Esta Presidência tem o prazer de anunciar, que se encontra neste Plenário, S. Ex.^a, Deputado Federal, Nelson Maculan. Ao Deputado Nelson Maculan, essa Presidência deseja uma boa estada e esteja aqui como se estivesse em seu próprio lar.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, segundo orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com a onda de criminalidade que vem alarmando todas as capitais e todas as cidades do interior de porte médio e grande, vitimando vários motoristas de táxi, em algumas capitais estão sendo adotadas medidas que buscam prevenir a elevação desse índice de criminalidade.

Aqui em Curitiba, Sr. Presidente, a Prefeitura Municipal, numa manifestação conjunta com as autoridades da Secretaria de Segurança, entendeu por bem colocar uma forma de chamamento de atenção para os táxis que estão transitando com pessoas que poderão trazer, na sua personalidade, no seu comportamento, indícios que comprovam as características criminais.

Conversando com alguns taxistas, fomos informados de que a Prefeitura, através de um ato administrativo, concedeu o prazo de 5 dias, apenas, para que os proprietários e motoristas desses veículos de transporte instalem um sistema de alarme, um sistema de chamamento de atenção das autoridades, quando ele, no interior de seus carros, transportam pessoas que tenham a possibilidade de serem criminosos.

Acontece que 5 dias, Sr. Presidente, é quase impossível de dar condições para que todos os motoristas possam instalar esses aparelhos de alarme, ou de identificação de perigo em seus veículos.

E cinco dias, alguns deles informaram a este Deputado que estavam instalando, mas que o preço unitário era 165 cruzeiros, e teria que ser feito através da Prefeitura. Entretanto, há quem diga que sem o esquema da Prefeitura o preço é de 65 cruzeiros.

E aqueles que dentro do prazo de 5 dias não instalarem esse instrumental, esse dispositivo alarmante, teriam que pagar uma multa de mais 150 cruzeiros para os cofres municipais.

Sr. Presidente, num País onde tudo busca proteger a economia popular, pelo menos as manchetes e as ações de vídeos que se vê é nesse sentido do Governo falar nesse proselitismo que ele adotou, falar em termos de combate à inflação.

Não é possível, quando a gasolina sobe a cada dois meses, praticamente, quando o dólar sobe a cada 20 dias, quando a dívida externa cria profundas fissuras na sociedade, não é possível que não se tenha um critério de justiça para que esses homens possam instalar esses aparelhos dentro de um prazo razoável e sem essa imposição de multa na base de 150 cruzeiros.

A reclamação é geral, e temos ouvido vários desses homens que lidam nessa área, que é preciso que a Prefeitura Municipal aja com bom senso e busque uma fórmula de adequar essa necessidade às possibilidades de todos os motoristas.

O apelo que daqui fazemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é no sentido de se encontrar uma fórmula capaz de sanar esse problema e essa dificuldade, mas, ao mesmo tempo, dar condições a médio prazo, a prazo razoável para que eles fiquem imunizados dessas multas, porque os governos, em todos os níveis, só pensa em punir, em multar, só pensa em arrecadar. Não há um sentido humano, não há um sentido de bom senso de compreensão e de um pacto entre os obrigados e aqueles executores da lei.

Esta posição é a posição que muitos dos motoristas de táxi pediram que fosse colocada aqui, para que as autoridades pudessem sanar essas dificuldades, esses obstáculos e essa imposição

de multa que eles estão na iminência de sofrer.

Não é possível que a Prefeitura não tenha, nos organismos que dirigem o setor de transporte coletivo, alguém que possa perceber essa dificuldade financeira porque esses motoristas estão passando.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lendo): “O comparecimento da Televisão Paranaense, restabelece o seu prestígio. Veio aqui para transmitir a palavra da Oposição. Cumpre-nos, agora, levar ao conhecimento do Estado do Paraná, através da tribuna desta douta Assembléia, fatos que interessam à vida deste Estado e da Nação brasileira.

Voltemos ao passado, aos idos de 1964, objetivando fixar limites para a nossa despretenciosa explanação. O marco inicial está fincado no frontispício da Revolução feita para que se operasse no País, a mudança por tantos desejada.

Como tema teremos o binômio: REVOLUÇÃO E CORRUPÇÃO. Os termos se contradizem, se chocam, se rivalizam, são inimigos fidalgos.

A Revolução dos nossos sonhos, como diria o eminente Senador Teotônio Vilela, não deve conviver com a corrupção de mãos dadas, nessa prova de amor espúrio que a sociedade condena. É preciso, como quer a Nação brasileira, terminar com esse idílio, fundamentado no interesse puramente material e político partidário de poucos em detrimento de muitos.

Mil novecentos e sessenta e três sintonizava a quebra da hierarquia, da desagregação generalizada em todos os setores da vida nacional, a inflação galopante, a anarquia, a inversão de valores, o caos social enfim. Por isso a Revolução de 1964 recebeu a colaboração da esmagadora maioria do povo brasileiro. Em nome da liberdade, sufocada pela corrupção e pela subversão então vigentes, formidáveis iniciativas foram tomadas. A história registra o Movimento Feminista iniciado em São Paulo: “A Família Com Deus Pela Liberdade”, e a solidariedade incondicional das Forças Armadas à Nação humilhada, amedrontada e desviada dos seus verdadeiros rumos.

Não pretendemos, como os que permanecem no Poder, sinonimizar as expressões Revolução e Governo. A Revolução, de combate permanente e intensivo à corrupção e à subversão da ordem. A Revolução dos ideais sublimes que teria como fecho o restabelecimento do Estado de Direito Democrático. O Governo, para dizer-se revolucionário, teria que permanecer fiel aos princípios da Revolução. Entretanto, o Governo mostra-se apenas ávido de Poder, sedento de Poder, esquecendo os seus princípios e com fundamento em leis casuísticas, ilegítimas portanto, nele permanece para a alegria de poucos, frustração de muitos e descontentamento da grande maioria da Nação brasileira.

O General Hugo de Abreu, com toda a sua autoridade de ex-chefe do Gabinete Militar do Presidente da República, na sua carta aos generais, aponta diretrizes alinhadas em dez itens: “Nós revolucionários tínhamos em mira basicamente a luta contra a subversão, contra a corrupção e pela garantia das instituições democráticas ameaçadas. As Forças Armadas cumpriram o seu dever e conseguiram conter a subversão. Mas, e os outros objetivos?” Idagou o General e concluiu: “A verdade é que temos institucionalizado o arbítrio e com ele a corrupção mais desenfreada. Dentro dos ideais revolucionários, consideramos básica a luta contra a corrupção. Recusamo-nos a aceitar que não é possível enfrentá-la e nos revoltamos contra uma declaração feita há pouco pelo Governo de que os corruptos não podem ser apanhados porque são inteligentes.”

Quem não conhece a afirmativa do assessor de imprensa do Presidente da República, Coronel Ruben Ludwig? “A cor-

rupção é inerente ao homem!" Agora, esta outra também do Governo, divulgada pelo General Hugo Abreu, através do jornal "O Estado de São Paulo", em sua edição do dia 1.º de outubro corrente: "Os corruptos não podem ser apanhados porque são inteligentes."

A inteligência a serviço da corrupção! Respeitemos a inteligência, dom excepcional da pessoa humana e dos corruptos também. Na batalha contra estes, capitula o Governo, impotente para vencer os corruptos inteligentes"

Que lástima! Onde estamos e para onde vamos?

No Paraná, no nosso Paraná, os estranhos conceitos emitidos pelo Governo Federal são de pronto assimilados pelo Governo do Estado. Aqui, também a corrupção é desenfreada. E mais, tem comando político, "instituição extra legal, em vias de extinção" como prometeu e definiu o Governo através de sua respeitável liderança nesta Casa.

A ordem ou o lema do "eficiente comando", ainda em plena vigência é: corromper para vencer.

Na região Noroeste do Paraná o Projeto Noroeste, de grandes e elevados objetivos econômicos e sociais, transformou-se, às vésperas das eleições, em motivo da mais desenfreada corrupção. Prefeitos eleitos pelo MDB chegaram a declarar publicamente a correligionários seus que teriam de aderir a determinadas candidaturas do partido do Governo, porque, do contrário, não lhes seria dado a oportunidade de firmarem os convênios com a SUCEPAR para percepção das verbas necessárias ao controle da erosão do solo urbano em suas cidades.

Coagidos, capitularam, ante a coação e a inteligência dos poderosos candidatos arenistas, sustentáculo do futuro Governo Ney Braga, filho legítimo da farsa intitulada eleição indireta.

A pior das subversões não deve consistir na pretensão de tão poucos no sentido de implantar ideologias alienígenas repudiadas pelo sentimento cristão do povo brasileiro. A pior, mesmo, é a corrupção e quando o Poder se declara impotente para combatê-la, proclama igualmente a sua vitória que consiste na subversão da ordem jurídica do Estado.

A Secretaria da Educação e Cultura do Paraná, no ocaso do Governo Jayme Canet Júnior, remeteu para as cidades de Loanda, Santa Izabel do Ivaí e Santa Cruz do Monte Castelo, na região Noroeste do Paraná, Micro-Ônibus marca Mercedes Benz-Marco Polo, para prestarem serviços aos estudantes daquelas comunidades. Poderia tê-lo feito no começo do ano, início do ano letivo. Todavia não o fez. Preferiu fazê-lo agora, às vésperas das eleições. Os ônibus foram recebidos pelos Prefeitos e em cada cidade uma festa se fez, pré-eleitoral, adrede preparada pelas municipalidades com desfile pelas principais ruas e o tradicional acompanhamento de veículos com fogueteiro para chamar a atenção da população.

Os ônibus, fruto de aquisição legal do Governo, com autorização da Assembléia Legislativa do Estado, têm em suas laterais gravada a inscrição que comprova a sua origem: "Governo do Estado do Paraná" — Secretaria da Educação e Cultura — Sinal verde para a Educação 1978."

Esta inscrição foi vedada à curiosidade popular porque sobre ela, criminosamente, estava uma faixa em tecido e bem pintada mandada confeccionar pelo Poder Público Municipal agradecendo ao Deputado que detém o comando político do município, a iniciativa da doação. Clama aos Céus a oposição massacrada pela corrupção avassaladora. Afinal apelar para quem? Naturalmente, se houvesse ordem, para o cumprimento da lei. Mais uma vez voltamos ao passado.

Lei, que lei? Ora lei!... "L'Etat c'est moi" (o Estado sou eu), proclamava Luiz XIV em fins do século XVII durante seu reinado de poder absoluto. Hoje, em pleno século XX, o Rei Sol, da França, encontra admiradores e prosélitos.

No nosso Paraná, a corrupção campeia sem freios, com verdadeira "orgia e esbanjamento dos dinheiros públicos", repetidos todas as vezes que Sua Excelência, "O Cavaleiro

Andante da Democracia" — visita municípios a pretexto de inauguração de obras administrativas, levando a tiracolo, às custas do erário público, o seu candidato ao Senado.

A máquina administrativa do Estado está a serviço da ARENA. Carteiras de identidade são conferidas, a toque de caixa, para atendimento imediato aos "admiradores" dos candidatos do Governo. E as carteiras de motorista expedidas constituem um capítulo à parte, ante a insensibilidade dos promotores que nenhum amor demonstram à causa pública. Pelo contrário, revelam desamor ao próximo e incentivo macabro à escalada da morte que se constitui o tráfego brasileiro.

Para o nosso fabuloso Estado do Paraná, só desejamos o bem fundamentado na dignidade administrativa e na reputação ilibada dos seus homens públicos. Não temamos a luta desigual contra os donos do Poder. Caminhemos, enquanto nos for permitido. Mas um dia haveremos de vencer para conduzir este querido País, através de eleições diretas em todos os níveis, aspiração suprema do povo brasileiro, ao seu verdadeiro destino.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso muito obrigado pela atenção dispensada."

O Sr. Gabriel Manoel — V. Ex.^a me permite um aparte?

(Assentimento) — Nós olhamos e ouvimos com atenção a locução de Vossa Excelência e dentro do brilho de sua capacidade, procuramos raciocinar e tirar proveito para as luzes de nossa caminhada política; ao vermos Vossa Excelência contestar o Governo, quando o Governo trabalha indistintamente para o Paraná, quando trabalha para os homens brasileiros do Noroeste brasileiro, das Minas Gerais, brasileiros de São Paulo, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e de toda esta grande Nação.

Se beneficiar o próximo com carteira de motorista, se beneficiar sem distinção política de classe ou credo, é corrupção, então não sabemos o que seja benefício.

De dar cadeiras de rodas, de dar remédio, afinal de contas se se aplicar o dinheiro do povo em benefício da assistência social desse mesmo povo, for corrupção, Vossa Excelência me permite discordar de Vossa Excelência e também estar no rol desses corruptos que estão a trabalhar pelo interior paranaense, como está Jayme Canet Júnior, como está a sua equipe de trabalho, como está o futuro Governador Ney Braga, olhando exclusivamente pelo Paraná e por sua gente. Sabemos perfeitamente que não queremos fazer um discurso paralelo mas não podemos nos calar, ilustre Deputado, ainda mais tratando-se de Vossa Excelência, um brilhante tribuno, um causídico, um jurista de alto gabarito, comparado quase que a Pontes de Miranda.

Então, neste instante, humildemente, queremos contestar Vossa Excelência, porque o que se faz no Paraná, não é outra coisa a não ser, carrear benefícios da União, carrear benefícios internacionais, para beneficiar o nosso povo.

Se isso é corrupção, eleitoral, se isso é querer ganhar o voto do povo, Vossa Excelência saiba que a derrota está à porta do partido de Vossa Excelência. Porque nosso candidato, Túlio Vargas, já é Senador.

Muito obrigado.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO. — Nobre Deputado Gabriel

Manoel, Vossa Excelência emitiu os seus conceitos a respeito de corrupção, e teve ampla liberdade para fazê-lo, sem a interferência deste Deputado, que se encontra na tribuna. A mim compete emitir os meus. Vossa Excelência entende que as carteiras de motoristas e as carteiras de identidade e os ônibus, que foram devidamente autorizados pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, possam servir à corrupção do Estado com o objetivo de ganhar as eleições.

Afinal de contas, Vossa Excelência desempenha o seu papel. Eu estou a desempenhar o meu. O papel da oposição, mostrando os erros do Governo, quer seja ele Municipal, Esta-

dual ou Federal.

O Sr. Wilson Fortes — V. Ex.^a permite um aparte (**Assentimento**)

Deputado Waldenício Barbalho, nós que o conhecemos de longa data, queremos avaliar as palavras do Deputado Gabriel Manoel neste instante, quando se refere a Vossa Excelência, como um Deputado ilustrado, inteligente, astuto, possuidor de um verbo admirável; mas o que nos causa espécie, nobre Deputado, é que Vossa Excelência usa a sua cultura, a sua inteligência, apenas ou tão somente, para investir violentamente no Governo da Revolução, na ARENA, no Governo do Estado.

Vossa Excelência critica aquilo que o Governo Federal está deixando de fazer, ou deveria fazer.

Vossa Excelência, entretanto, não cita tudo de bom que o Governo Federal tem feito, desde a bendita revolução de 64, que tirou este país do caos e Vossa Excelência há de convir isso comigo. Tanta coisa boa foi feita, nobre Deputado.

Vejamos os demais países do mundo, onde nem sequer o respeito à família existe.

Todos esses países sempre têm o que fazer. Sempre existe o que fazer.

Há necessidade de se atingir as comunidades e a coletividade, sempre trazendo novos benefícios.

Só cito a Vossa Excelência, com referência ao Governo da Revolução, citando o Presidente da República atual, o eminente General Ernesto Geisel, cuja figura, podemos dizer até paternal, impõe respeito à Nação brasileira; faz com que a Nação brasileira seja respeitada além de suas fronteiras.

E, tanta coisa de bom tem feito; acima de tudo o respeito ao próximo, à nossa família.

Hoje saímos daqui do Paraná, viajamos pelo Brasil todo, passamos dias e dias fora de casa, voltamos e nossa família está intata, porque existe o respeito.

Não acontece como em outros países da América Latina e em outras regiões do mundo, quando nosso filho sai de casa e vai à escola, e não sabemos se volta; quando o chefe de família sai de casa para o trabalho, e a esposa não sabe se ele retorna à sua residência.

Com referência ao Governo do Estado, um Governo que é tido e havido no País inteiro como o melhor Governador do Brasil, pelo seu caráter, pela sua personalidade, pelo seu programa de governo, pela maneira moral como ele se impõe.

Obras são realizadas do início ao fim do Governo. Muitas serão inauguradas antes das eleições, outras após as eleições. Os ônibus foram entregues agora, não creio que tanto com o objetivo eleitoral. Foi porque agora que deu certo a entrega, assim como as estradas, umas estão prontas, outras em andamento, outras para serem inauguradas.

O Governador Jayme Canet está legando ao Paraná e ao povo paranaense uma obra extraordinária, que Vossa Excelência tem que convir conosco e, inclusive, reconhecer isso.

Sei que Vossa Excelência não é paranaense, mas sei, também, que quer tão bem o Paraná como todos nós que aqui nascemos.

Temos um só ideal, vamos somar esforços somar ideais para trabalhar pelo Paraná e trabalhar pelo povo paranaense.

Creio que muitas das críticas que Vossa Excelência faz, têm fundamento, mas Vossa Excelência só critica, nobre Deputado Barbalho. Vossa Excelência tem que citar também o que o Governo da Revolução fez de bom, o que o Governo Jayme Canet tem feito de bom. Quisera que ele continuasse mais dois, ou três, ou quatro anos no Paraná, isto para o bem do Paraná e do povo paranaense. Muito obrigado.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Nobre Deputado Wilson Fortes, muito obrigado pelo reconhecimento de que críticas que eu tenho feito têm fundamento.

Interessante, tanto Vossa Excelência como o nobre Depu-

tado Gabriel Manoel, não contestaram os fatos apontados por mim no meu pronunciamento. Defendem apenas o Governo.

Afinal de contas, são Vossa Excelências advogados do Governo, e, a mim, como Deputado da Oposição, compete sobretudo fiscalizar os atos do Governo e apontar os seus erros.

Aqui na Assembléia Legislativa, certa vez, até mesmo me orgulho, quando, num debate entre Deputados em que um deles afirmava que a Oposição só fazia mesmo se opor ao Governo, eu declarei — quando se tratava na discussão dos assuntos das estradas asfaltadas — eu declarei repito que Sua Excelência era o homem de cinquenta e cinco milhões de dólares, com o voto do Movimento Democrático Brasileiro.

Estamos pois, colaborando com o Governo. Não somos só oposição ao Governo.

Entretanto, saiba Vossa Excelência e saibam os Deputados da Aliança Renovadora Nacional, que todo poderio do Governo não nos intimida a dizer as verdades que dissemos sejam quais forem as consequências.

Vossa Excelência não contestou a entrega dos ônibus à região Noroeste do Paraná, nem tampouco o Deputado Gabriel Manoel o fez, com relação a essa orgia dos gastos públicos, com relação à proteção da máquina administrativa aos Deputados da Aliança Renovadora Nacional, no que diz respeito à expedição de carteiras de identidade e carteiras de motoristas.

Estou satisfeito, nobre Deputado com a ajuda, com a solidariedade de Vossa Excelência à minha declaração de que as denúncias de que tenho feito, têm fundamento.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Deni Schwartz — V. Ex.^a permite um aparte, nobre Deputado? (**Assentimento**).

Vossa Excelência como costumeiramente faz, traz a esta Casa, um assunto que no Brasil, diga-se de passagem, já se transformou norma. Um país onde se pretende o denunciante e não se justifica as denúncias, nada mais podíamos esperar do que querer como muito bem diz "O Estado de São Paulo" hoje, tapar o sol com a peneira. O nobre Deputado falou em moral. Moral?

O Sr. Fidelcino Tolentino — Eu acho que é MOBRAL.

O Sr. Deni Schwartz — Eu entendi moral, mas num país onde um general de três estrelas, antigo Chefe da Casa Militar do atual Presidente da República, aonde um militar de três estrelas, repito, denuncia a corrupção e o Governo o prende e como justificativa diz ser este cidadão um despeitado, falar em moral, não me parece muito conveniente. É ofender até a palavra. É ofender todos aqueles que realmente têm moral. Moral não existe neste País, Senhor Deputado. Esse País está primando por ser o mais corrupto do globo terrestre no momento, porque enquanto não se colocar o General Hugo de Abreu na cadeia por falsidade ideológica, enquanto não se colocar o General Hugo de Abreu na cadeia por estar mentindo, no Brasil a palavra moral, não pode mais ser dita por homens do Governo. Além do mais, em termos de corrupção, nós estamos no Paraná dando o exemplo.

O Sr. Governador do Estado teve o desplante de convidar os prefeitos da região do Sudoeste do Paraná, obviamente com a exceção dos do MDB, para uma reunião no Salto Areia, na Usina de Salto Areia.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — (Faz soar os tímpanos).

Deputado Deni Schwartz, lamentavelmente o prazo conferido ao Deputado da tribuna, Barbalho, já se esgotou.

Concedo-lhe mais um minuto para que Vossa Excelência conclua o aparte.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Senhor Presidente, eu tenho a impressão que o prazo deve ser concedido ao Deputado que se encontra na tribuna, mesmo porque a con-

clusão é minha e não do Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Exatamente. O prazo que Vossa Excelência tem, se esgotou.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Senhor Presidente, na condição de Vice-Líder, será usado o tempo conferido à liderança do MDB, pelo eminente Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Eu passarei, neste exato momento, a descontar o tempo da liderança do MDB.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Continua com o aparte, o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — O Sr. Governador convocou os Prefeitos, repito, para a Usina de Salto Areia e nessa reunião, a portas fechadas, não teve dúvida. Admitiu a derrota do seu partido e pediu que usassem todos os meios, inclusive os do Estado, e mais ainda, citando nominalmente Prefeitos, como o fez com o Prefeito de Planalto. Ele disse: "Prefeito, fique mais em sua cidade. Eu sei que o Senhor aos domingos, não para em sua cidade. O Senhor tem que ficar, porque nós estamos precisando do apoio de todos".

Antigamente, prefeito era um cidadão que tinha igualdade de condições, inclusive com o Presidente da República, porque era eleito pelo povo. Hoje, aqueles que são impostos ao povo, como andam inclusive aqueles que recebem votos; existisse um só prefeito naquela reunião, com personalidade, lá não deveria ter ficado. Assistiram cabisbaixos e mais cabisbaixos ainda, saíram, atrás dos votinhos solicitados pelo Sr. Governador.

É por isso que, vamos, pela primeira vez, dar razão ao Presidente Geisel. Ele tem razão: os homens da ARENA não devem ter vergonha da ARENA, como ele falou agora, ainda, numa manifestação em Pernambuco, para Vereadores, e isso está nos jornais de hoje. Realmente, os homens da ARENA não devem ter vergonha da ARENA. Os homens da ARENA devem ter vergonha de seu Partido, de estarem apoiando — repito — o governo mais corrupto que existe no globo terrestre, no momento.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Deputado, Vossa Excelência faz referência aos Prefeitos de sua região, da região onde Vossa Excelência tem atuação política; eu, desta tribuna, faço referência aos meus, onde tenho atuação política.

Nas últimas eleições municipais, o MDB fez três Prefeitos na região do Noroeste do Paraná. E o que aconteceu?

Para tristeza nossa — não para nossa decepção eleitoral — vimos, por exemplo, um Prefeito em cadeira de rodas, colocado em cadeira de rodas pela polícia do Governo da Aliança Renovadora Nacional, pressionado pelos candidatos a Deputado da ARENA, a aderirem às suas candidaturas. E justificara, aos seus correligionários de que o fariam, ou não assinaríamos os convênios do Projeto Noroeste.

Desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz a denúncia no início da legislatura inclusive, de delegados conduzidos, nomeados pelo comando político deste Estado, essa instituição extra-legal, em vias de extinção, como definiu o nobre Deputado Luiz Roberto Soares, Líder do Governo, ao solicitar ao delegado do Município de Santo Antônio do Caiuá, que desse liberdade ao soldado que quase assassinou o Prefeito daquele município.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse Prefeito, pressionado pelo Governo, adere a candidaturas arenistas!

É o fim! É o fim e a maior prova, prova eloquente, da corrupção imposta pelo Governo do Estado do Paraná. Mas eu dou o aparte a Vossa Excelência. Tem o aparte o nobre Deputado.

O Sr. Wilson Fortes — Deputado Waldenício Barbalho, o Deputado Deni Schwartz tem um pensamento que realmente sintoniza bem com o de Vossa Excelência, é de ser contra, do contra

e sempre do contra. Um Governo com realizações como o atual, do Paraná, aos olhos do povo, respeitado e admirado pelo Brasil inteiro, pelo seu trabalho, pela sua dignidade, pelo seu caráter, a sua personalidade marcante, um homem sério, um homem que não mente, que faz um Governo praticamente causando até, podemos dizer, inveja aos outros Estados. E nós aqui, com muita tristeza observamos Vossa Excelência e o Deputado Deni Schwartz se levantar contra o Governo Federal, contra o Governo do Estado, dizendo que aqui paira a maior corrupção que ele já viu. É de admirar.

Com referência ao General Hugo de Abreu, quando era Chefe da Casa Militar, o partido da Oposição o criticava e era contra. Hoje, que ele deixou de merecer a confiança do Presidente da República, todo Presidente, todo Governador, todo Chefe de Executivo tem uma equipe de trabalho e poderá em um momento qualquer um de seus auxiliares deixar de merecer a sua confiança e será evidentemente substituído.

Hoje então, o MDB levanta a grande defesa em torno do General Hugo de Abreu. Não entro aqui no mérito. Quero apenas exteriorizar que, se ele deixou de ser Chefe da Casa Civil da Presidência da República é porque deixou de merecer a confiança de Sua Excelência o Presidente da República.

Mas fala-se em corrupção como se estivesse dizendo bom dia, boa tarde e como vai! Isto é muito sério, nobre Deputado. Vossa Excelência deve ter consciência daquilo que está falando. Tem que ter consciência das críticas que está fazendo. E acredito que as tenha. Vossa Excelência deve ter conhecimento de causa para dizer que estamos vivendo num País e num Estado da maior corrupção do mundo! Nós vivemos num País extraordinário, nobre Deputado! Vivemos num País que nos honra de ser brasileiro principalmente, quando nós ultrapassamos as fronteiras deste País, que nós sentimos lá dentro do coração o grande desejo de voltar, pelo espírito de brasilidade que ele nos desperta.

Vivemos num Estado que honra e que dignifica esta Nação, por ser um Estado de trabalho, um Estado que levanta, um Estado que colabora para a grandeza de nosso País. E é com muita tristeza que vemos aqui apenas críticas, críticas e críticas. Com críticas não se constrói nada, nobre Deputado. É preciso dizer dos erros do Governo e eu acredito que Vossa Excelência vai longe com essas críticas, muito longe!

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Muito obrigado a Vossa Excelência. Não sei aonde chegarei, nem para onde irei. Sei apenas que meu comportamento não será jamais idêntico ao de Vossa Excelência que veio para esta tribuna defender um Prefeito da região Noroeste do Paraná, que é ao mesmo tempo inquilino e senhorio dos bens públicos. Sabe Vossa Excelência o que é isso? Se Vossa Excelência não sabe eu digo, é crime. Se Vossa Excelência é tão bondoso ...

O Sr. Wilson Fortes — (Interrompe o nobre Deputado Waldenício Barbalho) —

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Se Vossa Excelência é tão bondoso comodiz nas suas palavras ...

O Sr. Wilson Fortes — (Novamente interrompe o Deputado Waldenício Barbalho)

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência que me assegure a palavra. Sr. Presidente, a Vossa Excelência que me assegure o uso da palavra. Se Vossa Excelência extravasa de bondade na sua peroração, Vossa Excelência é tão bom e tão digno que defenda da tribuna da Assembléia Legislativa o bom ladrão, o ladrão dos cofres públicos, o ladrão dos cofres públicos!

Sr. Presidente, estou inteiramente solidário às palavras do nobre Deputado Deni Schwartz. Lutamos por um objetivo revolucionário, sim! Sou dos primeiros, não sou dos que ficaram em cima do muro para saber que destino tomaria a Revolução. Sou dos primeiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mas sou um dos que não aceitam diretrizes para o comportamento

parlamentar e ético. Não aceito. Principalmente partindo de quem não defende a causa pública e de quem defende apenas interesses pessoais e eleitorais em jogo.

Estamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem ser paranaense, porque não nasci no Paraná, mas os meus filhos nasceram e eu sou tão paranaense como o mais puro dos paranaenses.

Estou aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para defender este fabuloso Estado e eu o farei, Sr. Presidente, na Assembléia Legislativa, fora dela, e até mesmo no cárcere, se os correligionários do Deputado Wilson Fortes mandarem.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma situação dessas. Não diga que são revolucionários, não! Digam, proclamem em voz alta. Somos corruptos! Somos defensores intransigentes da corrupção! E não somos levados à cadeia porque somos também corruptos e inteligentes!

Sr. Presidente, muito obrigado! Srs. Deputados, o meu muito obrigado! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consulto a Liderança do MDB se quer fazer uso dos minutos que lhe restam na hora que lhe é reservada.

O SR. DENI SCHWARTZ — Declino.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Havendo declinado, consulto a Liderança da Arena se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Fortes.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acabamos de assistir um discurso eloquente, do nobre defensor da Oposição. O Deputado Waldenício Barbalho, que muito admiramos, mas que desde que assumiu uma cadeira nesta Casa, tem criticado, criticado, e apenas criticado.

Causa-nos estranheza a sua atitude, porque o nobre Deputado não cita e não critica erros de companheiros seus. No Paraná, todos sabem, os erros que está cometendo o Prefeito de Ponta Grossa, o Prefeito de Londrina, jamais o Deputado Waldenício Barbalho que desfilou de uma maneira tão bonita, hoje pela tribuna, teve a oportunidade de criticar os seus companheiros. Só critica a ARENA, a Revolução, o Governo do Estado; critica apenas aqueles que estão trabalhando. Se alguma coisa ou se muita coisa resta fazer, o Governo está aí trabalhando, nobre Deputado.

V. Ex.^a chama o Prefeito de Paraíso do Norte de ladrão, isso nos causa até tristeza, jovem de 22 anos que, V. Ex.^a somente o critica, porque deixou de ser companheiro de V. Ex.^a há muito tempo. Jovem idealista, fazendo uma administração magnífica, tanto que tem a colaboração e o apoio e toda a sua comunidade, e V. Ex.^a se levanta nesta Assembléia, chamando-o de "o bom ladrão". Erros podem ser cometidos, nobre Deputado, muitos erros podem ser cometidos, o que nós não podemos admitir, é que V. Ex.^a chame um Chefe de Executivo do Interior, um Prefeito que está tendo o apoio de toda a sua comunidade, um Prefeito que já é comentado como um futuro candidato a Deputado Estadual daqui a quatro anos, pelo seu trabalho inteligente, pelo programa de governo extraordinário, que está executando em benefício do povo de Paraíso do Norte. E V. Ex.^a se apegue a probleminhas pequenos, onde não existiu absolutamente má fé, e vem aqui, creio nobre Deputado, me desculpe, talvez por despeito, porque V. Ex.^a fez uma votação muito grande em Paraíso do Norte, e sabe que hoje não vai repeti-la. Só posso imaginar que seja isso. V. Ex.^a é do MDB e critica a ARENA e o Governo; creio que se amanhã, o MDB for governo, V. Ex.^a passará a outro Partido, ou para a ARENA para ser contra o governo. É o espírito de ser do contra. Por isso que eu disse aqui, nobre Deputado, que V. Ex.^a é muito radical. Deputado inteligente, com uma visão panorâmica para o futuro, que tanto poderia colaborar para um trabalho mais dignificante, um trabalho mais objetivo no Paraná, e também colaborar com pronunciamentos, com projetos, para a

grandeza do nosso Estado e da nossa Pátria. Com críticas não se constrói absolutamente nada. V. Ex.^a, por não criticar o Prefeito de Ponta Grossa, está cometendo erros aos olhos do povo de Ponta Grossa. V. Ex.^a não faz isso, mas V. Ex.^a vem criticar o Prefeito de Paraíso do Norte, que, pelo contrário, vai muito bem. Vai ganhar as eleições. Tanto ganhou eu, ganhou o Flávio Jovinni e V. Ex.^a sabe disso.

Tem o aparte o Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Lamentavelmente, Deputado, eu volto a detalhar V. Ex.^a, talvez por hábito de oratória, V. Ex.^a na generalidade que faz, imputa algumas atitudes pouco elogiáveis a este ou àquele, sem que aprofunde a sua crítica, ou sem que aprofunde a sua denúncia.

Dia desse mesmo, foi com relação ao Deputado Waldenício Barbalho, que não se encontrava naquele momento, agora V. Ex.^a traz sua crítica infundada, sua crítica não comentada, a sua crítica não especificada a um antigo companheiro nosso. A um dos bons Deputados que esta Casa possui e um dos grandes administradores municipais que o Paraná possui hoje, o Prefeito Luiz Carlos Zuk, realiza na sua Ponta Grossa, uma magistral administração.

Evidentemente que talvez não seja aquela que sintonize com a sua maneira de ser, Deputado, porque lá não existem obras faustosas, lá não se abrem ruas que conduzem a nada, lá não se constroem prédios frios e insensíveis para nada servir, lá não se constroem palácios para a administração pública, lá se realiza uma grande obra — a felicidade da criatura humana.

O SR. WILSON FORTES — Nobre Deputado Enéas Faria, eu queria dizer a V. Ex.^a que eu também sou amigo do ex-Deputado Zuk. Acontece que eu passo muito por Ponta Grossa e sei que, infelizmente, contrariando até o meu íntimo, porque eu gostaria que o ex-Deputado Zuk estivesse realizando uma grande obra para Ponta Grossa, mas isto não é verdade e V. Ex.^a sabe disto.

E as eleições, dentro de 40 e...

O SR. ENÉAS FARIA — Eu não sei disto, Sr. Deputado.

O SR. WILSON FORTES — ... dentro de 40 e poucos dias vão atestar, nobre Deputado. Túlio Vargas, lá de Maringá, excelente Parlamentar, vai ganhar as eleições em Ponta Grossa, e muito bem.

Eu tenho ido costumeiramente a Ponta Grossa e sei disto. E o MDB todo sabe que existem Prefeitos do MDB que também cometem erros, que também deveriam ser aqui criticados; uns, porque apoiam candidatos da Arena — que não é meu caso, se apoiam candidatos da Arena, é porque chegaram à conclusão que não comungam dos ideais, da filosofia do Partido da Oposição.

O SR. ENÉAS FARIA — Chegaram à conclusão de que o Partido do Governo é altamente corruptor, terrivelmente corruptor.

O SR. WILSON FORTES — Talvez eles se afinizem mais, se sintonizem melhor, os Prefeitos de São João, Santo Antônio do Caiuá, Tamboara, da minha região, não apoiam a candidatura, apoiam a candidatura de outros Deputados da Arena. Mas, se assim o fizeram, se chegaram à conclusão, é porque, creio eu que pretendem trabalhar de uma maneira mais objetiva para suas comunidades e não encontraram no MDB o apoio necessário. Porque ganhar simplesmente uma eleição, nobre Deputado, às vezes não é tão difícil. Em São João do Caiuá, o candidato da Arena enfrentou três do MDB e perdeu por nove votos. O Prefeito, hoje, é do MDB, apoia um candidato da Arena. Creio que ele está buscando maiores benefícios. Creio que ele, com este Deputado da Arena, almeja conseguir melhores condições para administrar o município; ou ele está cometendo uma infidelidade ao Deputado Waldenício Barbalho que o ajudou nas eleições de dois anos passados.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — V. Ex.^a me permite um aparte?

(Assentimento) Nobre Deputado Wilson Fortes, V. Ex.^a está argumentando, unilateralmente. Em verdade, V. Ex.^a faz,

pura e simplesmente, a defesa do Governo e as razões porque passaram estes Prefeitos a apoiar os candidatos da Arena. Eu já disse aqui, desta Assembléia, que admite o aliciamento, com base fundamental na tese, nos princípios partidários.

Os Prefeitos de São João e Santo Antônio declararam, publicamente, que o fariam porque, do contrário, não assinariam o Projeto Noroeste. V. Ex.^a sabe disto, V. Ex.^a sabe também que o Prefeito de Tamboara que antes dava apoio à candidatura do, quem sabe, futuro candidato Benedito Pinto Dias, porque é muito mais ligado ao futuro Governador Ney Braga do que V. Ex.^a, V. Ex.^a sabe porque este Prefeito passou para as hostes da Aliança Renovadora Nacional, foram as promessas da corrupção.

O carro Volkswagen, de 1973, que lá está, considerado inservível pelo Estado do Paraná, está prestando serviço no Município de Tamboara, de maneira irregular, violentando a lei.

A proposição do Governo, a mensagem do Governo, não foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, e o Governador fez doação ao Município de Tamboara ilegalmente. Ilegalmente!

Final de contas, V. Ex.^a quer ou não quer que eu defenda a lei? V. Ex.^a também tem o direito, e já o fez, de criticar os nossos prefeitos, criticando o ex-Deputado Luiz Carlos Zuk.

Então, se V. Ex.^a tem o direito de criticar o ex-Deputado Luiz Carlos Zuk, de Ponta Grossa, permite que exerça o meu direito de criticar os Prefeitos da Aliança Renovadora Nacional. Que seja muito feliz em Paraíso do Norte, que tenha um mundo de votos, mas que dê o conselho ao Prefeito dizendo a ele, para ler o Decreto Lei número 201, emanado do Poder Revolucionário. O seu Prefeito, nobre Deputado, está sujeito a uma penalidade que varia de dois a 12 anos de reclusão. E as provas lá estão, no Fórum da Comarca de Paraíso do Norte. É só, nobre Deputado.

O SR. WILSON FORTES — A Justiça vai decidir, nobre Deputado, se V. Ex.^a tem ou não razão. O Prefeito está tranquilo, sereno, cumprindo com a sua obrigação. E V. Ex.^a pode continuar a criticá-lo até o fim do seu mandato. Ele está cioso de sua responsabilidade, como disse, está sereno, está tranquilo, trabalhando pela sua comunidade, com o apoio da Câmara e de todo o povo de Paraíso do Norte, e V. Ex.^a pode continuar a criticá-lo aqui, até o final do seu mandato. Isto não quer dizer nada.

Apenas, como disse antes, pela sua inteligência, creio que

V. Ex.^a poderia colaborar mais com o Estado do Paraná, dando sugestões, projetos de lei. Mas, nobre Deputado, o que nós temos visto aqui na Assembléia, são pronunciamentos de V. Ex.^a que se desfilam pela tribuna da nossa Casa, apenas criticando, criticando, só enxergando erros e falhas e não admitindo nunca aquilo que o Governo está fazendo de bom. Tanto Estadual como o Governo Federal. Há de convir V. Ex.^a que, graças a este Governo Federal que aí está, o nosso país se livrou do caos, se livrou de caminhar para um abismo, talvez irreparável, como existe em outras nações do mundo. E V. Ex.^a, naquela oportunidade, era defensor intransigente da Revolução. Hoje, V. Ex.^a dando uma demonstração de sua maneira de pensar, de ser um Deputado sempre do contra, hoje V. Ex.^a está contra o Partido da Revolução.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 91/78. — Aprovado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, passou-me a matéria que está em votação, qual é? Se V. Ex.^a pode me informar?

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência vai atender o Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Atendendo V. Ex.^a Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, queiram levantar-se (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram se levantar. (Pausa).

11 Srs. Deputados aprovam.

2 Srs. Deputados rejeitam.

não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 5, -as 10,00 horas, com a Ordem do Dia já marcada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.